
VOZES DE MULHERES NEGRAS DA AMAZÔNIA MARAJOARA: ESCRIVIVÊNCIAS DO NARQ CAMPINA VILA UNIÃO

VOICES OF BLACK WOMEN FROM THE MARAJOARA AMAZON: WRITINGS BY
NARQ CAMPINA VILA UNIÃO

VOCES DE MUJERES NEGRAS QUE RESECON DE LA AMAZONÍA MARAJOARA:
ESCRITOS DE NARQ CAMPINA VILA UNIÃO

Glenda Cristian Oliveira de Leão¹

<https://orcid.org/0000-0002-0600-9255>
<https://lattes.cnpq.br/4019116186974380>

Luciane Barbosa Lopes²

<https://orcid.org/0009-0001-1349-8616>
<http://lattes.cnpq.br/7051349125192607>

Lídia Vilhena Pantoja³

<https://orcid.org/0009-0007-5573-393X>
<https://lattes.cnpq.br/6626756509454151>

Lidiane Vilhena Pantoja⁴

<https://orcid.org/0009-0005-4223-6008>
<https://lattes.cnpq.br/7704809273371965>

RESUMO: Nesse texto apresentamos uma reflexão coletiva de mulheres negras que compõem o Núcleo de Ação e Resistência Quilombola Campina Vila União (Narq), no município de Salvaterra, Marajó/Pará. Inspiradas no conceito de escrevivência de Conceição Evaristo, trazemos nossas vozes como uma forma de ação decolonial, para refletir sobre nossas trajetórias e as razões que nos mantêm na luta. Compreendemos a escrita como um ato político, um instrumento de

¹ Enfermeira, mestranda em Saúde Coletiva na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduada pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), especialista em Gestão em Saúde pela ENSP/Fiocruz, em Atenção à Saúde da Mulher e da Criança pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da UEPA/FSCMP. Colaboradora do coletivo Narq Campina Vila União. E-mail: enfaglenda.leao@gmail.com.

² Mulher, negra, quilombola, educadora social, doutoranda em Sociologia e Antropologia- UFPA, bolsista pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ma. Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Graduada em Ciências Naturais e Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens. Fundadora e colaboradora do coletivo Narq Campina Vila União. E-mail: lopesluciane23@gmail.com.

³ Pedagoga formada pela UFPA, professora e educadora social quilombola da comunidade Vila União, no Marajó (PA). Atua na valorização da identidade quilombola, na educação de crianças e jovens e no fortalecimento de práticas comunitárias. Colaboradora do coletivo Narq Campina Vila União. E-mail: lidiavilhena23@gmail.com.

⁴ Mulher negra, quilombola, educadora social, Bibliotecária pela Universidade Federal do Pará (2024). Integrante do MeasureLab - Laboratório de Estudos Métricos da Informação e de Avaliação de Políticas Públicas em CTI para o desenvolvimento da Amazônia Legal. Colaboradora do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola Campina Vila União. E-mail: vilhenalidiane97@gmail.com.

fortalecimento e denúncia às opressões que afetam nossas vidas individuais e coletivas.

Palavras-chave: Escrivivência, Mulheres negras, Decolonialidade.

ABSTRACT: In this text, we present a collective reflection from Black women who are part of the Campina Vila União Quilombola Action and Resistance Nucleus (Narq), located in the municipality of Salvaterra, Marajó/Pará. Inspired by Conceição Evaristo's concept of "*escrevivência*" (writinace/life-writing), we echo our voices as a form of decolonial action, to reflect on our trajectories and the reasons that keep us in the struggle. We understand writing as a political act, an instrument for strengthening and denouncing the oppressions that affect our individual and collective lives.

Keywords: Escrivivência; Black Women; Decoloniality.

RESUMEN: En este texto, presentamos una reflexión colectiva de mujeres negras que forman parte del Núcleo de Acción y Resistencia Quilombola Campina Vila União (Narq), en el municipio de Salvaterra, Marajó/Pará. Inspiradas en el concepto de "*escrevivência*" de Conceição Evaristo, hacemos eco de nuestras voces como una forma de acción decolonial, para reflexionar sobre nuestras trayectorias y las razones que nos mantienen en la lucha. Entendemos la escritura como un acto político, un instrumento de fortalecimiento y denuncia de las opresiones que afectan nuestras vidas individuales y colectivas.

Palabras clave: Escrivivência; Mujeres Negras; Descolonialidad.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma construção coletiva. Nele, nós mulheres negras que formamos o Núcleo de Ação e Resistência Quilombola Campina Vila União (Narq) refletimos brevemente sobre o que é esse coletivo para nós, nossas trajetórias e o que nos faz permanecer na luta. Para construí-lo utilizaremos como inspiração o conceito de *escrevivência* de Conceição Evaristo (2020, p. 30)

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos (Evaristo, 2020, p. 30).

Nossa escrita surge como uma reação à colonialidade que nos foi imposta, por isso compreendemos a ação de mulheres negras escreverem suas próprias histórias -escreverem- como uma ação decolonial, pois são formas de contrapor as estruturas de poder.

Para situar o conceito de decolonialidade apresentaremos inicialmente seu oposto, a Colonialidade. Para Quijano (2005), a criação da ideia de raças pelo capitalismo colonial/moderno e eurocentrado situou uns em posição de inferioridade em relação a outros, justificando a existência de conquistadores e conquistados.

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 117).

Essa ideia de superioridade colocou o homem branco, europeu, no poder, em uma posição a qual negros e indígenas -por exemplo-, pela classificação racial, jamais alcançariam.

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo (Quijano, 2005, p. 120).

A histórica visão negativa dos povos que foram postos em um lugar de inferioridade, marcaram, e continuam marcando a lenta garantia de seus direitos, e neste contexto, as mulheres negras estão na pior das posições, expostas diariamente e historicamente a todos os tipos de violência.

O fazer decolonial, é justamente um desfazer colonial, desfazer gêneros, estereótipos, pré-conceitos, etnocentrismos já internalizados (França, 2020). Nesta perspectiva, este texto foi construído a partir da compreensão de que a constituição e a resiliência do Narq são também uma ação decolonial de mulheres negras.

O Narq tem como território de pertença a Comunidade Quilombola Vila União/Campina, localizada no município de Salvaterra, arquipélago do Marajó, Pará. O coletivo teve sua concepção inicial construída a partir de reflexões feitas durante as aulas do curso de Etnodesenvolvimento, onde surgiu a ideia de constituição de Núcleos em diversos territórios. O coletivo da Comunidade Quilombola Vila União/Campina foi formado em 2019

e atualmente é formado por cinco mulheres negras que têm formações diversas e atuam em várias áreas.

O texto deste artigo é escrito em primeira pessoa pois registra as falas das componentes do Narq, contudo em alguns momentos aparece a terceira pessoa “nós” como referência ao coletivo e/ou à comunidade.

Ao refletir sobre a temática do texto fortalecemos a inspiração umas nas outras para seguir com o trabalho do coletivo, e não podemos esquecer que nossa escrita é política. Quando falamos sobre nossas trajetórias denunciemos as desigualdades sociais e o racismo que afeta diariamente nossas vidas e as trajetórias de outras mulheres negras. E como bem nos ensinou Conceição Evaristo, “se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 30).”

A seguir serão apresentados os relatos conforme a ordem de autoria deste artigo:

2. Glenda Cristian Oliveira de Leão

Me chamo Glenda Leão, sou uma mulher negra, bissexual, educadora popular em saúde, atualmente mestranda em saúde coletiva na Amazônia pela Universidade Federal do Pará, enfermeira de formação e apaixonada pelo SUS.

Me compreender como uma mulher negra segue sendo um processo de compreensão diário e busca de um letramento que nunca me foi permitido ter. Foi algo de uns três ou quatro anos atrás e está muito vinculado ao Narq e as mulheres que o compõe, anteriormente a isso, eu sempre transitei por espaços majoritariamente brancos, e isso foi algo que se deu sempre de uma forma muito “tranquila”. Eu sou uma mulher negra que cresceu em uma família branca, hoje eu sei que convivi com o racismo, porém, nunca de fato lidei com ele como racismo, antes eu pensava só que era algo contra minha pessoa, não sei se, pelo meu modo de me vestir que talvez eu achasse que não era adequado para algum espaço que eu estava ou algo assim. Mas hoje, fazendo essa retrospectiva percebo que não, que tinha a ver com a minha cor, e nesses últimos anos, quando eu me entendo quanto uma pessoa negra e rememoro isso tudo que eu passei, as coisas passam a fazer um pouco mais de sentido.

Conheci o movimento social na graduação e eu posso dizer que minha construção política se deu dentro da universidade, dentro do centro acadêmico, ele foi um espaço em que eu pude conhecer muita coisa, em que eu pude entender um pouco mais, “o meu lugar no mundo como uma pessoa política”. O que me lembra uma fala de Lucia Xavier na tese de doutorado da Zambrano:

[Na Universidade] você acaba não só tomando consciência da sua própria condição, mas também conhece outras coisas, questionamentos, leitura e discussões... A Universidade contribuiu muito com minha formação, inclusive me mostrando que estudante negro na faculdade é elite, até pode existir alguns que tiveram condições financeiras durante a vida e entraram na faculdade, o que não é meu caso (Xavier, 2005. p. 101).

Mas diferente dela que entendeu a universidade como esse lugar não apenas de formação política, mas de tomada de consciência racial, para mim esse processo não foi tão simples, não sobre a questão racial, porque hoje eu vejo que minha graduação foi extremamente branca, só consigo lembrar de uma pessoa, de fato que eu reconheci como uma pessoa preta na minha sala e ele nem formou junto comigo. Então, o tempo inteiro eu estive sempre rodeada de pessoas brancas. E até dentro do próprio centro acadêmico, existiam pessoas pretas, mas essa fala sobre raça, sobre se entender quanto uma pessoa negra, não foi algo que eu vi nesses espaços de discussão de meu convívio, discutíamos a importância das políticas públicas, das lutas de classe pela questão da das melhorias para a categoria da enfermagem, quanto estudante, a questão do aumento da passagem de ônibus, auxílio estudantil, bolsa, fomento à pesquisa e a acessibilidade destes.

Ao sair da graduação e ter que encarar o mercado de trabalho e todas as dinâmicas de politicagem que envolvem esses espaços, ter que lidar com partidos e políticos que não me representavam, percebo que me afasto do corpo a corpo que existia no movimento social e como graduada vou descobrindo o que é o serviço de saúde pública, suas necessidades e percebo ainda mais o quanto a gente precisa brigar pela melhoria deste. Demandas que me acompanharam no trabalho desenvolvido como residente e como servidora em Barcarena, integrando o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e ainda mais ao desembarcar em Salvaterra, no Marajó e perceber a diferença que fazia uma pessoa negra que se identifica com as lutas ocupar um cargo de chefia me mostraram que eu nunca de fato me afastei do movimento, as pautas que mudaram com o passar do tempo.

Em meio a tudo isso eu já frequentava a comunidade Quilombola de Vila União Campina desde antes da mudança para Salvaterra e após ir morar no município sempre estava presente nas atividades desenvolvidas pelo Núcleo como apoio às ações realizadas na comunidade, até que um dia, Luciane Lopes me fez o convite para integrar oficialmente o Narq, de início eu fiquei um pouco receosa se o espaço era para mim, pois apesar de ser um espaço de mulheres negras, existia um diferencial, todas eram quilombolas e mesmo sendo uma pessoa quilombada há alguns anos, não me via nesse espaço, mas eu já estava tão dentro de tudo que eu aceitei o convite e tenho a cada dia me integrando ainda mais às demandas que este coletivo trabalha, que acima de tudo é um coletivo onde encontramos parceria, compartilhamentos, afetos, onde podemos sorrir e chorar, tudo ao mesmo tempo, composto por mulheres de muita força e resistência.

No Narq tenho me desenvolvido como educadora popular em saúde, levando para junto da comunidade as informações de saúde de maneira mais acessível, propondo diálogos e buscando ser essa pessoa que apoia a melhoria coletiva, porque eu realmente acredito que é no coletivo que a gente faz mudança. Estar no movimento social através desse coletivo me constrói a cada dia quanto a mulher negra que hoje eu sei que sou.

3. Luciane Barbosa Lopes

Me chamo Luciane Barbosa Lopes, sou uma mulher quilombola, pesquisadora e negra, de Salvaterra, Marajó, território Quilombola de Vila União/Campina.

Sou uma das fundadoras do Narq. A resiliência desse coletivo é alicerçada na amizade e na confiança. Nós (que formamos o coletivo) somos amigas e por isso conseguimos seguir com os trabalhos. Depois desses poucos anos que o Narq surgiu (fundamos o coletivo em 2019) construímos algumas parcerias com instituições, e nesse escopo a Universidade Federal do Pará, nos auxilia muito.

Não quero aqui romantizar, criando uma imagem de que no trabalho com a comunidade é tudo lindo e maravilhoso, que nada machuca ou incomoda. Na verdade, falar do Narq é também falar sobre dor, sobre a incompreensão.... As pessoas dos movimentos sociais, quem trabalha com educação de base e está nessa linha de frente, é sempre muito

cobrado. A gente não recebe tanto agradecimento ou reconhecimento, em verdade, a gente recebe muitas cobranças o tempo inteiro.

Em vários momentos durante o trabalho do Narq nós passamos por situações bem desagradáveis, constrangimentos e acusações também. Como somos amigas, a gente reúne, toma uma cerveja, um café da tarde, para conversar, colocar as coisas na mesa, debater sobre o que está acontecendo e esses momentos nos fortalecem.

No coletivo somos 5 mulheres e cada uma tem suas ocupações, tem os seus problemas diários, suas preocupações e o trabalho com o Narq é feito durante os momentos de “folga”, digo folga entre aspas porque a vida é muito corrida, a gente faz tantas coisas ao mesmo tempo que acaba não tendo folga, e nos momentos que a gente poderia -ou precisaria- estar fazendo outras coisas ou descansando, fazemos esse trabalho de educação de base, de construção coletiva e pensamos em estratégias para melhorar a vida das pessoas na comunidade pensando também em apoiar no processo de titulação do território.

A Comunidade Quilombola Vila União/Campina é certificada há algum tempo, mas ainda não é titulada. Isso cria uma necessidade constantemente de a gente se reinventar, se reorganizar para lidar com o dia a dia, com as visões de mundo que se chocam, pois muitas pessoas de fora tem vindo morar no território e não respeitam as nossas regras, nosso modo de vida, isso faz com que a comunidade fique vulnerável. Na verdade, como mulheres negras e pobres, já somos vulnerabilizadas por todo o processo de construção do Brasil, convivemos diariamente com os frutos podres das desigualdades sociais, com o racismo e a dificuldade de acesso a políticas públicas e de reparação.

A comunidade é atravessada por uma rodovia, a PA 154, o que facilitou a vida da gente, pois permite o acesso a alimentos e outras coisas que vêm de outras comunidades, o acesso a cidade que é onde funcionam os bancos, as secretarias municipais, o hospital... mas esse acesso que chega com o chamado desenvolvimento, também vem carregado de muita coisa ruim, de individualismos, violência, insegurança e de várias coisas que seriam “problemas da cidade grande” e hoje chegam na comunidade com muita força.

O trabalho com o Narq é sempre de construção coletiva. Hoje uma das nossas frentes é o fortalecimento das mulheres na comunidade de várias formas e uma delas é o incentivo à independência financeira. A comunidade tem uma característica muito interessante, a frente de luta é muito ocupada por mulheres, elas estão nas frentes por educação de qualidade, estão

à frente da associação e das organizações coletivas. Assim como nós do Narq. Então a comunidade tem essa característica muito feminina, porém não dá para fechar os olhos e achar que é tudo lindo, pois na verdade nós, mulheres, estamos sempre à frente, organizando as coisas, nos doando pra fazer várias coisas ao mesmo tempo, mas ainda precisamos lutar muito por reconhecimento e respeito, dentro e fora da comunidade, pois apesar de a mulher fazer as coisas, o reconhecimento é mais fácil para os homens, o que eu sinto é que às vezes estamos fazendo um monte de coisas, construindo, trabalhando e um homem vem, faz um uma coisinha mínima e pronto, ele vira, o melhor homem do mundo, o revolucionário, sabe? Isso é muito frustrante. A gente precisa fazer 100 vezes mais do que um homem, principalmente nós, mulheres negras, a gente não tem nem tempo, mas vai se organizando, se adaptando e se enrolando também com um monte de demanda, e o que que faz a gente permanecer nessa luta diária, que é muito sofrida é o fato de o trabalho com o coletivo ser inspirador. Quando vemos as coisas dando certo, o trabalho fluindo, a comunidade se organizando e as mulheres acessando políticas públicas, renda e garantindo a alimentação de suas famílias gratificante.

É muito gratificante, por exemplo, olhar para um canteiro de horta, ou para uma mulher ali cultivando, colhendo e saber que a gente fez parte disso de alguma forma, pois tudo é construído esperando e com muito amor.

Estamos seguindo e continuaremos até onde der, e quando a gente não conseguir mais, vai olhar para trás com muito orgulho das coisas que a gente fez. Se a gente não conseguir mais sustentar o Narq ele acaba, mas a gente vai acabar se envolvendo em outros coletivos, em outras frentes de luta. Acho que faz parte da gente. Com o tempo eu descobri que estar no movimento social faz parte de mim, apesar dos pesares, das dores, e das decepções, me ajuda a ser quem eu sou, me ajuda a ter orgulho da minha trajetória.

Levei muito tempo para encontrar espaços que me respeitassem como encontrei no Narq e isso também me faz acreditar no poder desse coletivo. Se eu fosse resumir, diria que o Narq é acolhimento e espaço de cuidado, com o corpo, com o emocional e com o território.

4. Lídia Vilhena Pantoja

Olá! Meu nome é Lídia Vilhena Pantoja, sou mulher negra quilombola, pertencente à comunidade quilombola de Vila União Campina. Atualmente, sou servidora pública e tenho a alegria de trabalhar na mesma escola onde cursei a Educação Infantil e os anos iniciais.

Estudei em uma escola localizada dentro do território quilombola, mas só fui compreender, de fato, o que significava ser quilombola depois da minha entrada na universidade. Antes disso, mesmo vivendo em uma comunidade quilombola, eu não tinha consciência da importância dessa identidade. Pelo contrário, durante muito tempo, acreditei que ser quilombola era motivo de vergonha, reflexo do processo de escravização e do silenciamento da nossa história. Essa educação formal racista nunca nos ensinou a valorizar nossas raízes e resistências.

Na Ilha do Marajó, onde está o meu território, os movimentos sociais aconteciam, mas não chegavam até mim. Eu era jovem e não tinha noção de pertencimento. Um episódio que me marcou profundamente foi quando uma liderança da época me disse que eu não era quilombola por “não ser negra”. Naquele momento, não soube como me defender, pois ainda era muito jovem e não tinha conhecimento suficiente.

Com o tempo, aprendi que minha identidade é legítima e que ser quilombola é motivo de orgulho, resistência e força coletiva. Hoje, como professora, transformo essa experiência em ensinamento: faço questão de mostrar aos meus alunos a importância do pertencimento e da identidade, para que nunca passem pelo apagamento que eu vivi.

Uma virada importante na minha trajetória aconteceu quando minha amiga Dayane Amador me convidou para participar do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola Campina Vila União (Narq), projeto pensado durante uma atividade da turma de Etnodesenvolvimento do Campus de Soure, que visava organizar uma rede comunitária com núcleos em diversos territórios de povos e comunidades tradicionais. Aceitei o convite, percebendo a oportunidade de desenvolver ações que respondessem às necessidades da comunidade, envolvendo esporte, lazer, educação, territorialidade e valorização da realidade quilombola.

Pouco tempo depois, em novembro de 2019, participei do evento “Amazônia, Centro do Mundo”, realizado em Altamira (PA). O encontro reuniu movimentos sociais, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, ativistas e cientistas, com debates, oficinas e rodas de

conversa sobre a defesa da Amazônia, sustentabilidade e valorização dos povos da floresta. Essa experiência ampliou minha visão sobre a importância da articulação entre diferentes comunidades e reforçou meu compromisso com a luta pelo território e a identidade quilombola.

Em 2020, assumi a presidência da associação da comunidade, e junto com o Narq conseguimos aprovar o projeto “Conversando com Mãe Terra – Convidado Solidário no Quilombo Vila União/Campina- Marajó. Brasil”, para a construção de 10 canteiros produtivos que visavam fortalecer o cultivo de alimentos durante a pandemia. Apesar das dificuldades e do descrédito de algumas pessoas por sermos jovens, o projeto foi implementado e se tornou o alicerce da Feira Quilombola, que hoje ocorre mensalmente e permite a comercialização de alimentos cultivados na comunidade.

Entre abril e setembro de 2021, participamos de oficinas de fotografia, direito de uso de imagem, edição de vídeos e TICs, com apoio da professora Ana Cláudia do Amaral Leão, do professor Gustavo Goulart Moreira Moura, das alunas Tainá Silva de Almeida e Carolina Lima Guimarães, além da participação ativa da comunidade. Além disso, o núcleo também desenvolveu oficinas culturais e educativas. O trabalho apoiado pelos professores citados anteriormente resultou no livro “Memórias Autônomas do Quilombo Campina Vila União e o direito ao olhar”, onde foram registradas histórias e memórias de alguns mais velhos da comunidade que ainda não haviam ancestralizado.

Outro ponto marcante foi perceber como enxergávamos nossa própria comunidade. Por muito tempo, pelo fato de nosso território ser cortado por uma rodovia, nós só nos visualizávamos a partir dessa divisão externa. Foi através da oficina de cartografia social, em que desenhamos nossa comunidade, que percebemos algo transformador: somos muito mais do que imaginávamos, com riquezas, histórias e força coletiva para além dos limites impostos de fora.

Confesso que em alguns momentos, pensei em desistir. Mas percebi que, se eu recuasse, tantas pessoas da nossa comunidade continuariam sem conhecer sua própria história e identidade. E mesmo diante de traições e obstáculos, não me deixei vencer. Cada desafio me fortaleceu e reforçou meu propósito: ensinar, inspirar e empoderar outros, mostrando que é possível superar dificuldades e transformar a realidade ao nosso redor.

O que me fez permanecer no movimento foi a consciência de que minha participação transformava vidas, fortalecia o conhecimento, o pertencimento e a identidade da comunidade. Cada oficina, cada projeto e cada ação coletiva me mostraram que vale a pena persistir, lutar e contribuir para que outras pessoas também tenham acesso a oportunidades que mudem suas histórias.

O Narq é um espaço de acolhimento, onde cada um valoriza as qualidades das outras e as pequenas maravilhas do dia a dia. Desavenças acontecem, mas buscamos sempre superá-las, refletindo juntas sobre nossas atitudes e tomando decisões de forma coletiva. Conversamos, traçamos planos, definimos metas e organizamos os projetos que vamos executar, fortalecendo nosso trabalho e nosso vínculo. É nesses encontros que percebemos que, embora muitos passos pareçam pequenos, como passos de formiga, para nós, eles são gigantescos. É esse cuidado e esforço conjunto que tornam o Narq um lugar único e transformador.

5. Lidiane Vilhena Pantoja

Olá, me chamo Lidiane Vilhena Pantoja, mulher negra quilombola, nascida e criada na comunidade de Vila União Campina, no interior de Salvaterra, Arquipélago do Marajó - Pará.

Atualmente, sou bibliotecária de formação, porém não estou exercendo minhas funções; atuo como facilitadora e educadora social junto ao Narq.

Comecei a ouvir, ainda muito pequena, na escola, que, para além de salvaterrense, eu era quilombola e descendente de escravos. Isso me deixava envergonhada, por não compreender o real motivo da nossa identidade. Os livros, até hoje, ensinam apenas o lado do colonizador como se nossa existência tivesse começado em 1500, quando fomos invadidos e catequizados pelos europeus.

Diante de informações que nos atravessavam com tanta violência, era impossível sentir orgulho de tamanha crueldade.

Com o tempo, passei a participar da construção das associações quilombolas. Por anos, atuei como segunda tesoureira na associação de minha comunidade, cargo que me fez enxergar a importância da ancestralidade para nós tanto individualmente quanto de forma comunitária e a relevância de mostrar que o pequeno também pode fazer a diferença. Não

somos descendentes de escravos, somos descendentes de pessoas que foram escravizadas, arrancadas de suas terras e trazidas à força para este continente.

A construção do Narq é contínua, alimentada por rodas de conversa e formações que nos moldam e fortalecem no movimento social. Cada dia como parte de um coletivo que está na linha de frente na comunidade é um exercício de reconstrução: aprender a lidar com piadas que carregam o peso do preconceito disfarçado de opinião, enfrentar o estigma de que, para ocupar espaços de liderança, precisamos abrir mão da maternidade, da vida conjugal e ainda suportar o estereótipo de que nossos corpos negros são algo vulgar. Muitas de nós carregam a experiência de ser mães solo, enquanto enfrentam a resistência de parceiros que não aceitam nossa liberdade de pensamento. Um processo que poderia ser de crescimento mútuo acaba revelando o quanto ainda precisamos transformar as relações e a sociedade.

Já me senti muitas vezes assim: quanto mais forte uma mulher negra se torna, mais solitária fica, pois, muitos homens não suportam ver uma mulher ocupando espaços que historicamente não foram pensados para elas. São muitas lutas e, às vezes, até calúnias vindas dos mais próximos, de quem menos esperamos. Isso enfraquece, adoce e desmotiva quem está na lida, buscando melhorias coletivas.

O caminho é cheio de percalços, dúvidas sobre como lidar com certas situações e pessoas, perguntas diárias e reflexões constantes. Mas seguimos, entre acertos e erros, tentando ser o melhor de nós, apoiando e fortalecendo umas às outras. Porque, para além da militância, o Narq é conhecimento, é quebra de limites imaginários, de percepções rasas; é espaço de acolhimento e de fortalecimento de mulheres negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Narq se materializa como um lugar de acolhimento e parceria. É a manifestação do poder transformador de mulheres negras quando se reúnem em prol de uma causa coletiva. Formado por mulheres com trajetórias diferentes, mas que se atravessam, o coletivo se tornou algo que excede o trabalho e que apesar de ter uma trajetória temporal curta comparada aos movimentos sociais mais antigos, o Narq vem construindo com muita dedicação e vontade de mudança seu espaço dentro e fora da comunidade.

Destacamos que a quinta integrante do Narq, é Dayane Chaves Amador, uma mulher preta, quilombola inspiradora, e ainda que sua fala não tenha sido registrada a tempo de compor este escrito, exaltamos sua trajetória como fundamental para o coletivo.

REFERÊNCIAS

- EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In: Duarte, C.; Nunes, I. (org.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte. 2020.
- FRANÇA, Fagner Torres de. **Metodologias decoloniais: um museu de grandes novidades?**. In *Cadernos de estudos culturais*, Campo Grande, MS, v. 2, p. 77-88. 2020.
- Lucia Xavier, depoimento a Maria Contins, Lideranças negras. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. In ZAMBRANO, Catalina G. Capítulo 2. In: **Mulheres Negras em Movimento**. *Ativismo Transnacional na América Latina (1980-1995)* Tese de Doutorado. p.79-127. 2005.
- QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In *colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. ISBN 987-1183-24-0, Buenos Aires: CLACSO, p. 117- 142, 2005.